

A IMPLANTAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES NO RIO GRANDE DO NORTE NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Hananiel de Souza Amorim¹

RESUMO

Este trabalho analisa a implantação dos grupos escolares no Rio Grande do Norte durante o período de 1908-1930. De forma mais específica, investiga a relação entre Higiene e os grupos escolares. Os objetivos dessa investigação pretendem desvendar quais os fatores que constituíam esse novo modelo de escola primária e em que consistiam; também qual a necessidade da edificação de um prédio escolar próprio e quais as orientações higienistas feitas quanto à construção do prédio e do ambiente escolar como um todo. A metodologia utilizada neste trabalho foi a pesquisa bibliográfica que nos possibilitou o mapeamento de diferentes fontes de pesquisa tendo em vista a análise de diferentes aspectos relativos a implantação, bem como, o cotidiano dos grupos escolares, nos quais foram evidenciadas ações de caráter higienistas. Por meio deste trabalho, pretendemos evidenciar que os grupos foram uma forma de consagrar a escola primária nas primeiras décadas do século XX a partir da introdução de recursos didáticos inovadores, de mobília adequada, de uma metodologia de ensino moderna e entre outros materiais e ações que eram considerados importantes para o bom e efetivo desempenho do ensino primário público daquele período no Brasil.

Palavras-chave: Higiene. Grupos Escolares. Rio Grande do Norte.

¹ Doutorando do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do rio Grande do Norte.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa a implantação dos grupos escolares no Rio Grande do Norte durante o período de 1907-1930. De forma mais específica, investiga a relação entre Higiene e os grupos escolares. Os grupos escolares integraram o projeto educacional da República no Brasil. Buscamos identificar como se deu a implantação desses grupos escolares que foram criados para serem instituições de referência, que deveriam colocar em prática a edificação de um prédio escolar próprio, o uso de novos materiais didáticos, de uma nova metodologia de ensino, mobiliário escolar adequado, entre outros aspectos que marcavam os grupos. Sob essa ótica surgem alguns questionamentos sobre a implantação dos grupos escolares que são: Quais os fatores que constituíam esse novo modelo de escola primária e em que consistiam? Qual a necessidade da edificação de um prédio escolar próprio? E por último quais as orientações higienistas feitas quanto à construção do prédio escolar e do ambiente escolar como um todo?

Para responder aos questionamentos feitos anteriormente, este trabalho recorre em termos metodológicos a pesquisa bibliográfica sobre História da educação e, especialmente, aos grupos escolares. Também faz uma análise a partir de perspectiva teórico-metodológica da História.

A formação dos professores nesse momento, passagem do século XIX para o XX, era uma das preocupações tendo em vista que esses profissionais em sua maioria eram pessoas leigas que possuíam poucos professores habilitados para o exercício do magistério. Portanto, era necessária a criação de Escolas Normais com o objetivo de formar professores que pudessem atender às exigências da escola primária, segundo Azevedo (2009).

No caso do Rio Grande do Norte, em Mensagem à Assembleia Legislativa, o Presidente Antônio José de Melo relatava que era quase inexistente a presença de professores capazes, sendo preciso buscar em outros estados onde eram numerosos os moços diplomados, com habilidades suficientes para o exercício do magistério, enquanto, restabeleciam a Escola Normal para a formação de professores primários (RN. Mensagem, 1907).

Os grupos escolares correspondiam a uma modalidade escolar que possuía métodos inovadores, avançados, modernos para o ensino primário que se contrapunham aos métodos ultrapassados utilizados pelas escolas de primeiras letras do período imperial.

A edificação própria era uma maneira de materializar a escola na cidade, pois antes da construção de um espaço físico para a escola a mesma funcionava na casa do mestre-escola e mudava-se ou morria junto com o professor que carregava a escola consigo. A partir da construção do espaço físico o professor passou a ser um integrante da escola que poderia deixar a instituição escolar quando quisesse ou fosse preciso, mas o prédio continuava no mesmo local, conforme Azevedo e Stamatto (2012, p. 52).

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O início do século XX no Brasil foi marcado por profundas mudanças no âmbito político, econômico, social e cultural decorrentes à implantação da República. Esse momento encontrava-se impulsionado por uma expansão econômica maior, fazia-se necessário civilizar a sociedade elevando o país a um projeto moderno inspirado nos países europeus e nos Estados Unidos que possibilitaria ao Brasil se afastar dos resquícios do período Imperial e Colonial (HERSCHAMANN e PEREIRA, 1994).

Em 1910, o Diretor da Instrução no Rio Grande do Norte, Francisco Pinto de Abreu, declarava que a instrução primária prosseguia em marcha lenta, mas segura (RN. Relatório, 01/10/1910).

Se a apresentação majestosa da arquitetura dos grupos escolares norte-rio-grandenses não era algo frequente, a atenção à Higiene no prédio era condição para seu funcionamento. Ao menos era isso que se exigia logo no decreto de criação dos grupos em 1910. Os decretos, mais precisamente o conteúdo dos artigos 3º e 7º declarava: “Art.3º-Incubem o governo de município todas as despesas referentes à conservação e asseio do prédio, bem como aquisição e renovação de utensílios; Art. 7º- Será suprimido o grupo, quando não preencher as condições de conforto e higiene por incúria da municipalidade”.

Os grupos escolares no interior do Estado do Rio Grande do Norte possuíam uma estrutura física mais simples com poucos detalhes arquitetônicos, porém, seguiam a risca os preceitos higiênicos e pedagógicos em suas construções e no desempenho de suas atividades cotidianas. Também Heloísa Rocha (2003) discorre sobre as práticas higienistas que faziam parte do modelo de educação sanitária na ampla campanha de regeneração física, intelectual e moral lançada pelo Instituto de Higiene de São Paulo destacando as propos-

tas para escola primária como um instrumento de disciplinamento das crianças orientado a partir dos preceitos higiênicos.

Na legislação também foram observados itens voltados para a higiene, como podemos observar no Código de Ensino de 1913, do Rio Grande do Norte:

Art.º42- Os edifícios das escolas serão situados em terreno elevado e seco, isolados de outros prédios, afastados dos centros de grande atividade industrial, de pântanos e de lugares suspeitos.

Art.º43- Os prédios elegantes, modestos, em arejados e iluminados pelo sol, terão salas de aulas para quarenta alunos, no máximo, sob forma retangular, medindo pelo menos, seis metros de largura por sete de comprimento, com um pé direito de quatro metros, ou seja, cinco metros cúbicos de ar para cada aluno. (Apud AZEVEDO e STAMATTO, 2012, p. 64).

Em 1916, o Código de Ensino do Rio Grande do Norte, em seu artigo 13, regulamentava minuciosamente a construção dos prédios escolares, que “além dos preceitos comuns de higiene e de conforto”, precisavam também observar as seguintes regras:

- I. Todas as salas de aula terão a forma retangular e capacidade para quarenta alunos, no máximo, medindo, pelos menos, sete metros de comprimento por seis de largura, com um pé direito de quatro metros.
- II. Haverá no edifício as aberturas necessárias para que as classes de alunos recebam a luz e o ar de maneira mais higiênica.
- III. Os edifícios serão pintados a cores neutras, de preferência o azul ou verde-claro.
- IV. Cada sala de aula terá como dependência um vestiário guardado e cabides, para os alunos.
- V. Haverá em cada edifício compartimentos para a diretoria e o arquivo, e uma área descoberta e murada para o recreio, com divisão para cada sexo.
- VI. Na falta de esgoto público, as latrinas constarão de uma fossa asséptica ou reservatório ou fossas ordinárias, com paredes impenetráveis aos líquidos, de modo a se poder fazer frequentemente a desinfecção e o esvaziamento das fossas. (Apud AZEVEDO e STAMATTO, 2012, p. 65).

Podemos demonstrar que os itens da legislação que regulavam as construções dos grupos escolares eram seguidos pelos engenheiros e arquitetos que construíam as plantas. As obras eram fiscalizadas pelo Diretor Geral da Instrução

Pública que, em visita ao prédio terminado para a inauguração de um grupo, em seu relatório, fazia anotações se a obra estava de acordo com os preceitos da higiene e da pedagogia.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho contribuirá para aumentar as discussões na área de História da educação. Realizamos uma pesquisa documental e cada momento nos deparamos com o descobrimento de novas fontes que nos proporcionam refletir mais acerca do tema. Logo, abaixo fazemos algumas considerações sobre o assunto, a partir da realização das nossas investigações e estudos.

Os grupos escolares foram instituições que ocuparam um espaço próprio no seio da sociedade e objetivam instruir um grande número de alunos possibilitando que a cada dia um grande número de estudantes mantivessem contato com uma nova metodologia fundamentada na pedagogia moderna com a utilização do método intuitivo, do ensino mútuo, de matérias didáticos, mobiliários, conteúdos, professores diplomados orientados a partir dos preceitos higiênico-pedagógicos.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Crislane Barbosa de. Higienismo em Sergipe nas primeiras décadas da República. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2008, Aracaju. **Anais** - V Congresso Brasileiro de História da Educação, v. 1. p. 1-14.

AZEVEDO, Crislane Barbosa de. **Grupos escolares em Sergipe (1911 – 1930):** cultura escolar, civilização e escolarização da infância. Natal-RN: EDUFRN – Editora da UFRN, 2009.

AZEVEDO, Crislane B. Arquitetura e Grupos Escolares em Sergipe: uma relação entre espaço e educação na escola primária. **Outros Tempos**, v. 7, p. 119-142, 2010.

AZEVEDO, Crislane Barbosa de; STAMATTO, Maria Inês Sucupira. **Escola da ordem e do progresso:** Grupos escolares em Sergipe e no Rio Grande do Norte. Brasília: Liber Livro, 2012.

PINHEIRO, Antonio C. F. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas: Autores Associados; São Paulo: USF, 2002. (Coleção Educação Contemporânea).

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de Civilização**: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Editora Unesp, 1998. (Prismas).

VIVEIROS, Kilza Fernanda Moreira de. Instituições, modernidade, infância pobre e eugenia no Maranhão (Brasil) nas primeiras décadas do século 20. In: PAIVA, Marlúcia; VIVEIROS, Kilza; MEDEIROS NETA, Olívia. **Infância, escolarização e higiene no Brasil**. Brasília: Liber Livro, 2011.

MENSAGENS

RN. **Mensagens** apresentadas à Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte pelo Presidente do Estado. Natal: [Anos: 1907-1930].

RELATÓRIOS

RN. Relatório apresentado pelo Dr. Francisco Pinto de Abreu, Diretor Geral da Instrução Pública. Natal, 15/10/1909, 18 fls. (manuscrito). [Documento presente no DVD: Fontes para o estudo da história primária no Brasil (1889-1930), organizado por Rosa Fátima de Souza].

RN. Relatório apresentado pelo Dr. Francisco Pinto de Abreu, Diretor Geral da Instrução pública. Natal, 01/10/1909, 20 fls. (manuscrito). [Documento presente no DVD: Fontes para o estudo da história primária no Brasil (1889-1930), organizado por Rosa Fátima de Souza].

LIMA, Nestor. **Relatório** do Dr. Nestor Lima ao governo do Estado como diretor do Departamento de Educação, 1924.

LEIS E DECRETOS

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto nº 180**, de 15 de novembro de 1908. Cria na cidade de Mossoró um Grupo Escolar denominado "Trinta de Setembro". In: **Actos**

Legislativos e Decretos do governo (1908). Natal: Typographia D' A República, 1909. P 51-52.

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto nº 189**, de 16 de fevereiro de 1909. Cria na cidade do Caicó um Grupo Escolar denominado "Senador Guerra". In: **Actos Legislativos e Decretos do Governo** (1909). Natal: Typographia d' A República, 1910, p. 43-44.

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto nº 193**, de 13 de março de 1909. Cria na cidade de Acari um Grupo Escolar denominado "Thomaz de Araújo". In: **Actos Legislativos e Decretos do governo** (1909). Natal: Typographia d' A República, 1910, p64-65.

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto nº 194**, de 15 de março de 1909. Cria na Vila de Caraúbas um Grupo Escolar denominado "Antônio Carlos". In: **Actos legislativos e Decretos do governo** (1909). Natal: Typographia d' A República, 1910. P. 64-65.

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto nº 196**, de 21 de abril de 1909. Cria o Grupo Escolar "Almino Afonso", na cidade de Martins. In: **Actos Legislativos e Decretos do governo** (1909). Natal: Typographia d' A República, 1910, p.70-71.

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto nº 202**, de 2 de julho de 1909. Cria o Grupo Escolar "Coronel Mariz", na vila de Serra Negra. In: **Actos Legislativos e Decretos do Governo** (1909). Natal: Typographia, 1910, p 79-80.

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto nº 204**, de 12 de agosto de 1909. Cria o Grupo Escolar "Barão de Mipibu", na cidade de São José de Mipibú. In: **Actos e legislativos e Decretos do Governo** (1909). Natal: Typographia d' A República, 1910, p. 83-84.

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto 261**, de 28 de dezembro de 1911. Cria p Código de Ensino. In: **Actos Legislativos e Decretos do Governo** (1911). Natal: Typographia d' A República, 1912, p. 90-116.

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto nº 220**, de 7 de maio de 1910. Cria o Grupo Escolar "Moreira Brandão", em Goianinha. In: **Actos legislativos e Decretos do Governo** (1910). Natal: Typographia d' A República, 1911, p. 71-72.

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto nº 224**, de 8 de julho de 1910. Cria um Grupo Escolar denominado “Fabrício Maranhão” na vila de Pedro velho. In: **Actos legislativos e decretos do Governo** (1910). Natal: Typographia d’ A República, 1911. P. 76-77.

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto nº 225**, de 8 de julho de 1910. Cria um Grupo Escolar denominado “Antônio de Azevedo”, na cidade de Jardim do Seridó. In: **Actos Legislativos e Decretos do Governo** (1910). Natal: Typographia d’ A República, 1911, p. 78-79.

RIO GRANDE DO NORTE. **Lei nº 243**, de 4 de março de 1911. É criado na Vila de Ares um Grupo Escolar denominado “Jacumaúma”. In: **Actos Legislativos e Decretos do governo** (1911), Natal: Typographia d’ A República, 1912, p.59.

RIO GRANDE DO NORTE. **Lei nº 254**, de 11 de agosto de 1911. Cria na cidade do Assú um Grupo Escolar denominado “Tenente Coronel José Correia”. In: **Actos Legislativos e decretos do Governo** (1911), Natal: Typographia d’ A República, 1912, p.83.

RIO GRANDE DO NORTE. **Lei de nº 255**, de 19 de outubro de 1911. Cria na cidade de Macaíba um Grupo Escolar denominado “Auta de Souza”. In: **Actos Legislativos e decretos do governo** (1911), Natal: Typographia d’ República, 1912, p.84.

RIO GRANDE DO NORTE. **Lei nº 256**, de 25 de novembro de 1911. In: **Actos Legislativos e Decretos de** (1911). In: Natal: Typographia d’ A República, 1912, p.85.

RIO GRANDE DO NORTE. **Lei nº 257**, de 25 de novembro de (1911). In: **Actos e Legislativos do Governo de** (1911), Natal: Typographia d’ A República, 1912, p. 86.

RIO GRANDE DO NORTE. Departamento de Educação. **Regimento do grupo Escolar “Augusto Severo”**. Natal: Typographia d’ A República, 1909, p. 83-99.

RIO GRANDE DO NORTE. **Regimento Interno do Grupo Escolar “Trinta de Setembro”**, 1909. Mossoró: Typ. do Commercio, 1909)